

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO OFICIAL

Termo de Contrato Administrativo para que entre si firmam a **Câmara Municipal de Minduri/MG e Jornal Panorama Ltda.**

A **Câmara Municipal de Minduri**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Rio Grande do Sul, nº. 100, centro, Minduri/MG, Cep: 37447-000, inscrita no CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº. 07.400.574/0001-04, doravante simplesmente denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Presidente, Sr. **Dilermando Batista do Nascimento**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 263.484.976-15, residente e domiciliado à Av. Belo Horizonte, nº 208, Vila Vassalo, Minduri/MG e **Jornal Panorama Ltda-EPP** com sede à Rua Mateus Guimarães dos Santos, ° 84, Bom Jardim América, Baependi/MG, inscrito no CNPJ sob o n. 08.560.398/0001-22, que para efeitos do presente, recebe a denominação de **CONTRATADO**, sendo neste ato representado por sua Diretora e Sócia Karla Danitza Velásquez, brasileira, casada, inscrita sob o CPF de nº 545.749.866-20 e RG SSP/MG 3.484.792, nos termos da Lei 8.666/93, consolidada pela Lei 14.133/2021, que rege o presente, e em obediência ao processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 003/2023**, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se subsidiariamente os Princípios da Teoria Geral dos Contratos, e as demais disposições legais e regulamentais aplicáveis à espécie, **RESOLVEM**, celebrar o presente contrato de **prestação de serviços de publicação oficial**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

FUNDAMENTO LEGAL

- 1.1 – A presente contratação se dá embasada no processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 003/2023**, sendo regida em restrita obediência a Lei 14.133/21, em especial, art. 75, II e suas posteriores alterações.



- 1.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o disposto na Lei supramencionada e segundo os princípios gerais de Direito Administrativo e subsidiariamente de Direito Privado, em benefício do interesse público.
- 1.3 – Este contrato é lavrado com vinculação ao termo de dispensa, dos artigos 89 e 91 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO OBJETO

2.1 – Constitui objeto do presente contrato, mediante solicitação, para o período de sua vigência: Contratação de empresa de serviços de publicação oficial apta a prestação de serviços de publicação de atos oficiais, institucionais e trabalhos da câmara, com possibilidade de publicação em jornal diário com 05 (cinco) edições por semana, para suprir as necessidades da Câmara Municipal de Minduri/MG, bem como o cumprimento de todos os itens constantes do presente contrato, integrante da Dispensa 003/2023.

CLÁUSULA TERCEIRA

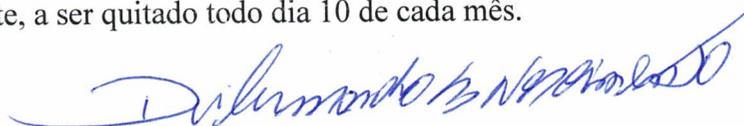
DA DURAÇÃO DO CONTRATO

- 3.1 – O presente contrato terá sua duração estipulada em 11 meses, iniciando-se 08 de fevereiro de 2023 até 31 de dezembro de 2023.
- 3.2 – O prazo poderá ser prorrogado, por iguais ou superiores períodos, nos termos do art. 57, inciso II, do Estatuto Licitatório, mediante aditivos, em razão da necessidade de acompanhamento dos serviços e dos processos iniciados na vigência deste contrato ou por conveniência das partes, desde que devidamente justificada a decisão de prorrogar.

CLÁUSULA QUARTA

DO PREÇO

4.1 – Pelo fornecimento do serviço contratado de publicações oficiais o **Contratante** pagará ao **Contratado o valor Global de R\$ 11.550,00 (onze mil e quinhentos e cinquenta reais)**, assim que apresentadas as requisições relativas ao período de 30 (trinta) dias anteriores ao da emissão da nota, ficando pactuado que o pagamento se dará mensalmente, a ser quitado todo dia 10 de cada mês.



CLÁUSULA QUINTA

DO PAGAMENTO

5.1 – O pagamento será efetuado em parcelas, sucessivas cujo valor será de acordo com o fornecimento da nota fiscal correspondente, de valor mensal em R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais) e após a verificação da correspondência do valor com as requisições emitidas, sempre no dia 10 de cada mês.

CLÁUSULA SEXTA

DO REAJUSTE

6.1 – Os preços relativos aos serviços pactuados estão expressos em reais e serão reajustados automaticamente no início do exercício, quando houver prorrogação, proporcional ao tempo de duração do contrato, com base na variação do IGPM ou índice oficial substitutivo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

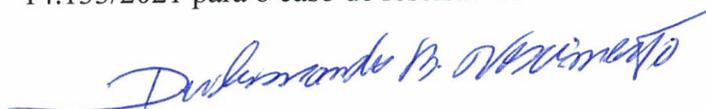
7.1 – As despesas relativas ao objeto deste instrumento bem como os seus respectivos encargos serão efetuados nos termos e limites previstos na legislação própria, correndo no presente exercício à conta das dotações orçamentárias, com indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica, nos termos do artigo 55, inciso V, da Lei 14.133/21:

CLÁUSULA OITAVA

RESCISÃO

8.1 – O presente contrato poderá ser rescindido nos casos previstos no art. 137 da Lei 14.133/2021, observado o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal.

8.2 – O **CONTRATADO** reconhece os direitos da Administração prevista na Lei n.º 14.133/2021 para o caso de rescisão administrativa do presente contrato.



CLÁUSULA NONA

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1** – Solicitado o fornecimento do produto pelo **Contratante** e autorizada a mesma, emerge obrigação do **Contratado** de entrega IMEDIATA, limitando-se ao limite máximo previsto no procedimento licitatório que dera ensejo à celebração do presente contrato.
- 9.2** – Responsabilizar-se por qualquer acidente que os seus empregados ou terceiros por ela designados venham a sofrer nas suas dependências.
- 9.3** – Constituem obrigações do **Contratado** todas as despesas e responsabilidades perante as leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais e de acidentes de trabalho decorrentes das relações empregatícias da mesma, e correrão, por sua conta exclusiva, todos os impostos incidentes sobre o Contrato.
- 9.4** – Durante a execução do contrato ou de suas eventuais prorrogações, o **Contratado** se obriga a manter todas as condições de fornecimento do produto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, nos termos da Lei 14.133/2021.
- 9.5** – Sempre que solicitados pelo **Contratante**, o **Contratado** apresentará os documentos cadastrais exigidos pela Lei 14.133/2021.
- 9.6** – Emitir as notas fiscais com estrita observância das disposições legais e fiscais.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1** – Efetuar os pagamentos devidos no prazo estipulado.
- 10.2** – Emitir as solicitações de fornecimento ao **Contratado**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

SANÇÕES

- 11.1** – O **Contratado** estará sujeito à multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor atualizado do contrato por atraso injustificado na prestação dos serviços solicitados.
- 11.2** – Sem prejuízo das outras sanções previstas na Lei 14.133/21, caberá a imputação de multa no importe de 10% (dez por cento) do valor atualizado do contrato, além das perdas e danos que se apurarem, nas seguintes hipóteses:
- a** – inexecução total ou parcial dos serviços contratados;
 - b** – descumprimento das obrigações assumidas contratualmente;
 - c** – nos demais casos previstos na Lei 14.133/21.
- 11.3** – A rescisão unilateral, sem justificativa nos termos contratuais, deverá ser notificado por AR, com antecedência mínima de trinta dias, obrigando a parte que tomar



a iniciativa a indenizar a outra o valor correspondente a 10% (dez por cento) do saldo remanescente que seria gerado da data da rescisão até o termino normal da vigência deste instrumento contratual.

11.4 – Em caso de rescisão, sem justa causa, por parte do **Contratado**, ainda se lhe aplicam as demais penalidades previstas na Lei 14.133/21.

11.5 – Caso o **Contratante** venha a permanecer inadimplente por mais de 90 (noventa) dias, nos termos da Lei 14.133/21, o **Contratado** poderá paralisar a prestação dos serviços e solicitar a rescisão do presente contrato, sem prejuízo do crédito a que tiver direito contra o **Contratante**.

11.6 – Fica entendido que, com a inadimplência do **Contratante**, na forma da cláusula anterior, está autorizada a renúncia de mandatos nos processos judiciais e administrativos, consoante legislação processual civil.

11.7 – Ocorrendo atraso nos pagamentos, o **Contratado** incluirá na fatura seguinte o valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor da parcela em atraso, a título de mora de cada mês, consoante art. 52, § 1º do Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

CONDIÇÕES GERAIS

12.1 – Os serviços constantes neste instrumento serão prestados mediante fornecimento de serviço de publicações de atos oficiais, institucionais e trabalhos da Câmara, além do fornecimento de exemplares.

12.2 – Valor total do contrato: R\$ 11.550,00 (onze mil e quinhentos e cinquenta reais)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

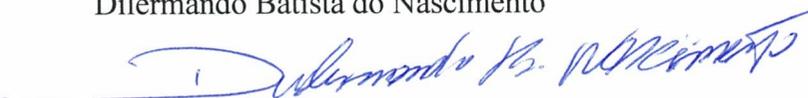
DO FORO

13.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Cruzília - MG, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas do presente contrato, que não puderem ser resolvidas pelas partes.

Assim, estando as partes justas e cadastradas, firmam as partes o presente instrumento, rubricando-o em todas as suas laudas, em (duas) vias de igual teor e forma, diante de 02 (duas) testemunhas juridicamente capazes.

Minduri, 08 de fevereiro de 2023.

CONTRATANTE
Câmara Municipal de Minduri
Presidente da Câmara Municipal
Dilermando Batista do Nascimento



CONTRATADO
Jornal Panorama Ltda
Karla Danitza Velásquez
Sócia Diretora

Testemunhas: _____
CPF.

CPF.